

Permanecer no campo: notas sobre juventude, gênero e sexualidade no mundo rural¹

*Staying in the countryside: notes on youth, gender, and sexuality in the
rural world*

*Permanecer en el campo: notas sobre juventud, género y sexualidad
en el mundo rural*

Leonardo Rauta Martins

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Dourados, MS, Brasil

E-mail: rauta.martins@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4595-0822>

Resumo: As últimas décadas foram marcadas pelo robustecimento dos estudos sobre gênero e juventude rural, destacando-se a transição ocorrida nos estudos de juventude: de uma perspectiva focada na saída dos jovens das áreas rurais para outra centrada na compreensão da permanência desses sujeitos nesses espaços. Como forma de contribuir para esse debate, este texto objetiva discutir o fenômeno da permanência dos jovens no campo a partir da interconexão entre os temas juventude, gênero e sexualidade, demonstrando a importância destas questões na efetivação da permanência da juventude no campo.

Palavras-chave: Permanência no campo. Juventude rural. Gênero e Sexualidade no Rural.

Abstract: The last decades were marked by the strengthening of studies on gender and rural youth, highlighting the transition that occurred in youth studies: from a perspective focused on the departure of young people from rural areas to another focused on understanding their permanence in these spaces. To contribute to this debate, this text aims to discuss the phenomenon of the permanence of young people in the countryside from the interconnection between the issues of youth, gender, and sexuality, demonstrating the importance of these issues in the effectiveness of the permanence of the youth in the rural areas.

Keywords: Stay in the field. Rural youth. Gender and sexuality in rural areas.

¹ Uma versão parcial desse texto foi apresentada no Seminário CPDA 40 anos, realizado no Rio de Janeiro, em 2016.

Resumen: Las últimas décadas estuvieron marcadas por el fortalecimiento de los estudios sobre género y juventud rural, destacando la transición que se dio en los estudios de juventud: de una perspectiva centrada en la salida de los jóvenes del ámbito rural a otra enfocada en comprender su permanencia en estos espacios. Como forma de contribuir a este debate, este texto tiene como objetivo discutir el fenómeno de la permanencia de los jóvenes en el campo a partir de la interconexión entre los temas de juventud, género y sexualidad, demostrando la importancia de estos temas en la efectividad de la permanencia de la juventud en el campo.

Palabras Clave: Permanecer en el campo. Juventud rural. Género y sexualidad en zonas rurales.

Data de recebimento: 01/11/2021

Data de aprovação: 30/04/2023

DOI: 10.30612/riet.v3i1.15342

Introdução

O objetivo desse texto é discutir o fenômeno da permanência dos jovens no campo a partir da interconexão entre os temas juventude, gênero e sexualidade no mundo rural. Trata-se de um exercício de revisão da literatura confrontada com dados/análises extraídas de pesquisas realizadas pelo autor em período recente.

De início, sinalizamos o robustecimento do debate sobre questões de gênero e juventude no rural brasileiro. Tal fenômeno pode ser observado tanto em âmbito acadêmico, onde o tema se consolidou como um campo de estudos, quanto em organizações da sociedade civil, cuja atuação obrigou o Estado a reconhecer hierarquias e assimetrias envolvendo mulheres e jovens e assim elaborar e implementar políticas públicas voltadas a cada um desses segmentos.

A discussão acadêmica sobre gênero e juventude no Brasil surge com foco nas situações vividas no espaço urbano, desconsiderando as realidades de mulheres e jovens rurais. Isso a despeito da existência, nos anos de 1980, do debate sobre esses temas no âmbito de organizações sociais rurais. Esse período, inclusive, marca o surgimento das mulheres rurais como um ator social da cena política nacional, a partir das mobilizações em prol do seu reconhecimento como agricultoras de base familiar e, portanto, elegíveis à condição de seguradas da previdência social (FARIA, 2009). No mesmo período, nota-se a reestruturação do processo de organização da juventude do campo, com a fundação da Pastoral da Juventude Rural, em 1983, e a difusão da sua ação no território nacional a partir dos anos de 1990 (PJR, 2013; GALINDO, 2017).

As mulheres e os jovens rurais, embora já atuantes e organizados, passaram a ser objeto de estudo especialmente a partir dos anos 2000, com a institucionalização de espaços próprios para esse debate no âmbito de importantes movimentos sociais e sindicais rurais, como o Movimento de Trabalhadores Sem Terra – MST e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (AUTOR, 2019). Diversas ações protagonizadas por esses sujeitos, a partir dos anos 2000, são tributárias desse processo de constituição de coordenações e coletivos, a exemplo das edições da Marcha das Margaridas e dos encontros nacionais e internacionais de juventude rural realizados pelo MST e pela Contag (CASTRO, 2009; WOORTMANN, 2010).

No âmbito dos movimentos sociais, mulheres e jovens desde o início atuaram apoiando-se mutuamente para fazer frente a sujeitos politicamente dominantes dentro dos movimentos, notadamente aos “[...] dirigentes do sexo masculino, que se mantinham nos cargos de decisão a partir dos laços de lealdade e da legitimidade adquirida pela inserção nas origens da organização sindical [...]” (GALINDO, 2017, p. 56). O exemplo mais evidente é o da atuação conjunta da Comissão de Mulheres e da Comissão de Jovens da Contag, garantindo não só a introdução de suas demandas na pauta oficial do movimento (a pauta do Grito da Terra Brasil), como a disponibilidade de recursos financeiros para liberação de diretores/as e a realização de ações específicas para mulheres e jovens (GALINDO, 2017).

Por razões diversas, - necessidade de recortes do objeto, políticas de financiamento etc.-, os temas gênero e juventude rural são, a rigor, tratados academicamente de forma separada. Entretanto, em pesquisas recentes que realizamos sobre juventude rural (IPEA, 2017 e AUTOR, 2019) notamos a impossibilidade da separação desses temas, sobretudo quando há o interesse em compreender como se dá a permanência da juventude nas áreas rurais.

O texto está estruturado em quatro seções, descontadas esta introdução e as considerações finais. Na primeira, buscamos construir um panorama do debate de juventude rural no Brasil, com destaque para certas alterações observadas no tratamento desse tema ao longo do tempo, bem como o papel de políticas públicas na permanência desses sujeitos no campo. Na segunda seção, discutimos as relações entre juventude e questões de gênero, tendo como horizonte a permanência dos jovens no campo. Nela, situamos o debate de gênero no rural e alguns de seus limites, bem como exploramos o quadro de assimetrias vivenciado pelas mulheres nesse espaço e os potenciais efeitos desse cenário na construção de projetos de futuro que tenham a permanência no campo como horizonte. Na terceira parte, discutimos alguns determinantes do processo de masculinização e envelhecimento da população rural, tais como a centralização do poder decisório na figura masculina e a dificuldade de as mulheres serem vistas pela família como sucessoras. A quarta seção explora alterações nas relações de gênero vividas no rural em período recente, problematizando o lugar da juventude Lgbtqia+ no mundo rural e os desafios impostos à permanência desses sujeitos no campo. Por fim, a título de considerações finais, retomamos alguns elementos fundamentais à discussão proposta, destacando os limites à autonomia juvenil e feminina impostos pela conjuntura recente.

Juventude rural, políticas públicas e permanência no campo

Os estudos sobre juventude rural têm uma trajetória relativamente recente no Brasil e remontam à segunda metade da década de 1990. No Plano interno, vivíamos os primeiros governos democráticos após uma ditadura militar de 21 anos. Tratava-se de governos neoliberais onde praticamente não existiam políticas públicas voltadas aos pequenos agricultores, o que tornava a atividade agrícola pouco atrativa aos jovens, colocando a migração para cidade como um caminho a ser seguido pelos filhos de agricultores (CARNEIRO, 1998). Havia uma percepção generalizada, inclusive no âmbito dos movimentos sociais, de que os jovens não queriam permanecer no campo, ou seja, que eles não tinham interesse em suceder os pais nas atividades agrícolas, em tomar conta e desenvolver o negócio familiar (CASTRO, 2005). No plano externo, a Unesco começava a financiar estudos e ações voltadas para a juventude na América Latina, sobretudo ações focadas na ideia de protagonismo juvenil (TAVARES, 2012).

Os primeiros trabalhos sobre juventude rural focalizavam o tema da sucessão rural, processo por meio do qual os mais jovens assumiriam a função de gestão dos pequenos negócios rurais, ocupada até então pelos mais velhos. Essa questão passou a ser discutida no interior de importantes movimentos sociais e sindicais rurais, como o MST e a Contag.

Nesse momento histórico, os anos de 1990, a juventude rural ainda não se constituía um ator político importante. As pautas tradicionais dos movimentos sociais rurais: reforma agrária, política agrícola, trabalho etc., sobressaíam em relação às pautas tidas como “identitárias” (a pauta de mulheres e de juventude). Essa primeira fase dos estudos de juventude rural focalizou a compreensão da saída dos jovens do campo, destacando-se os trabalhos de Abramovay (1998) e CARNEIRO (1998) como precursores.

A partir de 2003, durante governos de centro-esquerda, surge um conjunto de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e campestre, responsável pela melhoria significativa da qualidade de vida da população rural. Observa-se a ampliação das ações de juventude rural no interior de importantes movimentos sociais rurais, como o MST e a Contag, cria-se coordenações, conselhos ou comissões de juventude nos movimentos sociais e nos governos (CASTRO, 2009).

O reconhecimento desses sujeitos Jovens como atores políticos importantes levou a uma mudança de enfoque nos estudos de juventude rural, que passaram a discutir a permanência desses sujeitos no campo, a exemplo de Brumer (2007). Mas qual a diferença entre discutir a saída e discutir a permanência dos jovens no campo? A ênfase no movimento de saída do campo contribuiu para a invisibilidade daqueles que ficam neste espaço, tanto do ponto de vista social como político. Esta invisibilidade, por sua vez, repercute na definição de investimentos e políticas públicas. Infelizmente, nos estudos atuais sobre permanência dos jovens no campo, notamos ainda como traço comum o tratamento desse fenômeno sob a ótica da excepcionalidade, a despeito das evidências estatísticas mostrarem, como veremos, o aumento das taxas de permanência (AUTOR, 2019).

Em pesquisa realizada anteriormente (IPEA, 2017), recolhemos dados de 1.785 jovens de diversas regiões do país e analisamos os Censos Populacionais de 1980 a 2010. Dessa pesquisa importa destacar dois achados: O primeiro, extraído da análise dos Censos populacionais referidos, consiste no aumento das taxas de permanência dos jovens no campo, sobretudo das mulheres, em quase todas as regiões do país². O segundo achado, extraído da análise de questionários, diz respeito ao fato de que os jovens rurais – mulheres e homens – desejam, em sua maioria, permanecer no campo. Contrário ao senso comum e mesmo certos trabalhos acadêmicos, que associam o aumento da escolaridade à saída do campo, esse desejo de permanência é mais forte entre os jovens mais escolarizados.

A permanência dos jovens no campo é um fenômeno dinâmico e dependente da conjuntura mais ampla de desenvolvimento do país. Esse fenômeno está vinculado a determinantes econômicos, políticos e socioculturais que afetam o desenvolvimento da agricultura familiar e a qualidade de vida dos povos do campo e, por extensão, as decisões juvenis sobre ficar ou sair das áreas rurais.

Entre esses determinantes figuram as políticas públicas de desenvolvimento rural. Os anos 2000 constituem um marco da implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, sobretudo daquelas voltadas à agricultura de base familiar. Dentro de uma dinâmica de conciliação de classes, governos petistas conseguiram garantir algumas políticas públicas que elevaram a qualidade de vida no campo (GRISA e SCHNEIDER, 2015). Isso tornou o país à época uma referência mundial no assunto.

A partir do segundo mandato da presidente Dilma, a crise econômica e política passa afetar o conjunto das políticas públicas, com perdas orçamentárias e descontinuidade de ações. Com a sua deposição e ascensão de um novo grupo político no poder, tem-se a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, indicando a perda de relevância das políticas voltadas à agricultura familiar nesse novo contexto.

A eleição do presidente Bolsonaro torna o tema da análise de políticas públicas ainda mais desafiador. Seu governo tem por projeto a redução do papel do Estado nas mais diversas esferas da vida social e o aprofundamento do ajuste fiscal iniciado em anos anteriores (GRISA e NIERDELE, 2021). Há um complicador adicional, pois o governo Bolsonaro é refratário à participação social, lida muito mal com a divergência, com opiniões que não são as mesmas que as suas. E justamente uma das razões do sucesso das políticas públicas implementadas em governos de centro-esquerda no Brasil estava no incentivo dado à participação social, ao controle social desses programas e ações.

2 Comparando os diferentes censos os autores identificaram no censo de 2010 as maiores taxas de permanência: +4,18 entre os jovens (homens) de 15-19 anos, contra +4,65 entre as jovens (mulheres) de mesma coorte jovem; +6,36 entre os jovens de 20-24 anos e +7,77 entre as jovens da mesma coorte; +8,15 entre os jovens de 25-29 anos e +9,25 entre as jovens da mesma coorte.

A melhoria das condições de trabalho, o aumento da renda e a ampliação do poder de consumo são fenômenos que a maior parte da população brasileira experimentou na última década, inclusive a população rural. Não por acaso, registrou-se nesse período um aumento das taxas de permanência dos jovens no campo, possivelmente decorrente do efeito das políticas públicas (VALADARES et al, 2016).

Isso se dá porque os jovens só permanecem no campo quando enxergam ali oportunidades de se desenvolver de forma autônoma. Por isso, o Estado tem o papel fundamental de criar as condições para que os jovens enxerguem o campo enquanto o espaço de realização de seus projetos de vida e futuro. Isso só acontece mediante a criação e a implementação de políticas de acesso à terra, ao crédito, aos mercados, às novas tecnologias e à uma educação diferenciada (AUTOR, 2019).

Políticas de educação relacionam-se diretamente com o fenômeno da permanência dos jovens no campo. A Educação no Brasil converteu-se em um direito dos povos do campo muito recentemente, com a Constituição de 1988. Antes, as escolas concentravam-se basicamente nas cidades e a educação rural padecia de recursos materiais e humanos. Além disso, a educação rural constituía-se uma “adaptação” de conteúdos aplicados no espaço urbano, sem vínculo com a realidade das populações do campo (CALDART, 2009). Uma educação que muitas vezes reproduzia estigmas de inferioridade do campo em relação à cidade, vista historicamente como lugar de progresso, da ciência, da técnica. O rural, em contrapartida, era visto como lugar de atraso, das relações clientelistas e patriarcais.

Como já enunciamos, está enraizada no senso comum a ideia de que fica no campo apenas aqueles que “não deram certos para os estudos”, os considerados “incapazes para vida urbana”, portanto, menos inteligentes. E mais, que os jovens ao se escolarizarem, automaticamente passam a querer sair do campo em direção às cidades. Romper com essas ideias preconceituosas exige esforço dos movimentos sociais e da academia.

A pesquisa que realizamos em 2017, com jovens agricultores de todas as regiões do país, mostrou que os jovens com maior escolaridade eram aqueles que mais demonstravam interesse em permanecer no campo (IPEA, 2017).

Ainda sobre educação, é importante fazer uma distinção entre educação rural e educação do campo. A educação rural enquanto adaptação de uma estrutura curricular urbana ao espaço rural. A educação do campo enquanto um projeto educativo voltado à emancipação das populações do campo, construída coletivamente desde aquele espaço, articulada às lutas dos movimentos sociais (CALDART, 2009).

A educação do campo se inspira nos escritos de Paulo de Freire e é herdeira de diversas experiências de educação popular construídas ao longo da nossa história. No Brasil, há um movimento que, desde 1997, se organiza e estrutura em torno dessa pauta (ARROYO, 1998).

Muitas são suas conquistas, citamos duas especificamente: a primeira, o reconhecimento por parte do Estado das especificidades da educação do campo e a edição de diversas normativas regulando esse tipo de educação; a segunda, a criação de cursos superiores em educação do campo nas universidades federais, voltados a formação de professores que vão atuar nas escolas do campo.

A educação do campo, concebida pelos movimentos sociais, tem uma intencionalidade política clara: fazer frente ao agronegócio e a sua política de destruição e morte. Isso só será possível com a formação de jovens rurais críticos, que valorizem o espaço em que vivem, que tenham consciência dos processos históricos nos quais estão imersos e que se animem em transformar/mudar essa realidade. O jovem só permanece no campo quando existem as condições objetivas para o seu desenvolvimento autônomo e quando este é educado para valorizar o rural e o seu modo de vida (AUTOR, 2019).

Juventude rural e questões de gênero

Outro elemento importante na discussão sobre permanência dos jovens no campo são as questões de gênero, em especial a posição subalterna ocupada pelas mulheres no interior das unidades produtivas familiares. Essa subalternização é reflexo do patriarcado, entendido enquanto sistema de dominação e exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2004). Este tem como forma de operação básica a divisão sexual do trabalho, que opera a partir da diferenciação e hierarquização de atividades tidas como masculinas e femininas: as primeiras, de maior prestígio e melhor remuneração; as demais, de menor prestígio e menor remuneração (PAULILO, 1987).

Ao recuperar parcialmente o debate de gênero no mundo rural, verificamos trabalhos pioneiros nas décadas de 1960 e 1970, guiados por um viés que eclipsava o protagonismo das mulheres em detrimento da importância conferida à família camponesa, esta sim assumida como unidade privilegiada de análise. Deste ponto de vista, são conhecidos os estudos de Chayanov, Tepicht e Galeski. De acordo com Woortmann (2010, p. 11), em Chayanov, “a mulher era subsumida e emcompassada pela família, uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada no casal, e em seus e eventuais agregados”; já em Tepicht e Galeski, a “mulher camponesa [...] era percebida como limitada à esfera doméstica, responsável pelo consumo familiar, enquanto o marido/pai era definido como principal responsável pela reprodução da produção” (Idem).

Os estudos pioneiros de Moura (1978) e Woortmann (1994) sobre a realidade brasileira se inserem na tradição de estudos acima descrita. A despeito de trazerem questões importantes para pensar o papel da mulher no contexto de uma agricultura de base familiar, possuem limites que são próprios de suas escolhas teóricas. Na realidade, as autoras estão preocupadas com o processo de reprodução social da agricultura familiar, em específico com as questões ligadas à

herança e ao parentesco. As mulheres, quando aparecem, são analisadas como objetos tangenciais, envoltas numa dinâmica que transcende a sua própria existência enquanto sujeitos sociais.

Como pondera Woortmann (2010, p. 10), “mesmo antropólogas alicerçadas em teorias da época pouco se detinham na análise do universo feminino ou de gerações numa clara naturalização da ótica masculina”, ou seja, quando emerge do espaço privado a que fora submetida “a mulher passa a ser percebida como parte do modelo, ainda que não como sujeito” (Idem).

O “modelo” a que a autora se refere diz respeito à forma como se dá, no interior da família camponesa, a divisão sexual do trabalho e o processo de sucessão rural. Questões estas perceptíveis nos papéis atribuídos a homens e mulheres no interior da unidade produtiva, nos mecanismos de controle e nas hierarquias estabelecidas a partir dos recortes de gênero e geração.

Moura (1978), ao estudar o processo de herança num “bairro camponês”, na região sul de Minas Gerais, traz elementos importantes para pensarmos ainda hoje os papéis atribuídos a homens e mulheres nas unidades produtivas de agricultura familiar. De início, constata-se a separação entre o trabalho doméstico e o trabalho na lavoura, o primeiro, atribuído às mulheres e o segundo, aos homens. Instala-se assim a oposição casa-roçado, muito embora se deva destacar a interdependência existente entre estas duas dimensões do trabalho familiar³.

O trabalho na casa (dito, trabalho reprodutivo), de responsabilidade feminina, envolve, no caso pesquisado pela autora, “a limpeza e a arrumação da casa, o reparo das roupas, o cuidado com os menores e a preparação dos alimentos”. Acrescenta-se a isso, “a alimentação das aves, porcos, cães, gatos” (Idem, p. 20-21). Ou seja, compete às mulheres do grupo familiar as tarefas próprias da casa e do quintal adjacente a esta.

O trabalho na roça (dito, trabalho produtivo) é essencialmente masculino. Em geral são estas tarefas as que são tidas como o sustentáculo da unidade produtiva, aquelas geradoras de excedente convertido em renda monetária. Sempre que houver o processamento de um produto e isso implicar tarefa “fora” da unidade produtiva, ou seja, o contato com o espaço público, por meio de processos de negociação, é o homem o responsável. Logo, “negociar é atividade exclusivamente masculina”, fenômeno também evidenciado na dinâmica assumida pelo mercado de terras na comunidade em análise (MOURA, 1978, p. 21).

A mulher atua na casa – a unidade de consumo – onde desempenha um papel complementar ao homem, que atua no âmbito da unidade de produção. Tudo aquilo que se liga ao trabalho com a terra é atribuição deste último. Tudo aquilo que se liga à preparação para o consumo do que esta terra produziu é atribuição da mulher. O fato de a mulher não ‘negociar’, que se refere quase sempre ao fato de ela não participar de atividades comerciais, mostra apenas uma faceta das muitas atividades que lhe

3 Ao separar estas duas dimensões do trabalho familiar obscurece-se a contribuição feminina em todo o processo produtivo, inclusive dando pouca importância aos cultivos alimentares e aos animais domésticos, em geral mantidos sob a responsabilidade feminina.

são vedadas; negociar o beneficiamento de um produto (como no caso o arroz) e principalmente ‘negociar’ a terra. Se a mulher não é responsável por nada que se ligue de modo direito à existência física da terra, como atribuir-lhe a posse ou a propriedade desta mesma terra? É justamente a partir desta lógica que as questões de herança como um problema masculino se tornam inteligíveis. E não se tratará somente de conceder aos homens o poder de decisão ou posições privilegiadas seja nas heranças, seja nas transações parentais de terra, seja aproveitando-se a circunstância de um casamento por comunhão de bens que transfere *de fato* a direção do empreendimento produtivo para mãos masculinas, seja invocando claramente a impossibilidade de uma mulher solteira dirigir este empreendimento, o que justifica automaticamente que seu irmão o faça (Idem, p. 28-29)⁴.

Parte da literatura que se seguiu confirmou a separação da unidade produtiva familiar nestas duas esferas interdependentes: a do trabalho “doméstico” e a do trabalho “produtivo”; bem como a supremacia dos homens, à revelia das mulheres, em relação ao domínio e posse da propriedade da terra (PAULILO, 1987; BRUMER, 2004). Estas são questões fundamentais para se pensar processos de migração que historicamente tiveram como protagonistas as mulheres rurais, em especial as mais jovens.

Masculinização e envelhecimento da população rural: questões para pensar o processo de sucessão

Camarano e Abramovay (1999), utilizando bases censitárias de 1950 a 1996, apontam para o caráter progressivo do êxodo rural e os diferentes matizes que este fenômeno sócio histórico assumiu em diversos Censos e regiões geográficas analisadas. Das conclusões, a que se destaca é a ocorrência de um processo de envelhecimento e masculinização do campo nos moldes do ocorrido na França, ainda que em menor intensidade e acrescido de particularidades regionais.

A ideia bourdiesiana de masculinização do campo atuou como pano de fundo em diversas pesquisas brasileiras sobre juventude rural, associando diretamente esta parcela da população à migração e ao êxodo. Há, por força do paradigma bourdiesiano (a sociologia crítica) no qual se assentam tais pesquisas, um reforço à condição subordinada que os indivíduos desempenham ante às estruturas, diminuindo a importância da capacidade de agência dos sujeitos.

Abramovay et al. (1998), ao realizar pesquisa empírica em regiões de agricultura familiar no Sul do Brasil⁵, constataram que jovens do sexo masculino possuíam maior interesse em permanecer no campo, sendo este interesse reduzido ou ampliado de acordo com o grau de

4 As estratégias utilizadas por estes camponeses têm por intuito preservar a integridade dos patrimônios familiares em face da sua numerosa prole, ou seja, preservar a unidade produtiva familiar do fracionamento entre os vários herdeiros, garantindo, desse modo, a sua viabilidade econômica.

5 Contexto marcado pela presença de unidades produtivas de base familiar, descendentes de migrantes majoritariamente italianos.

consolidação da unidade produtiva familiar⁶. Ou seja, quanto maior a estrutura e mais rentável as atividades rurais ou não-agrícolas desenvolvidas pelo conjunto familiar maior era o interesse em permanecer na propriedade ou ter projetos de futuro que envolvessem o campo. Quanto mais pauperizada a unidade produtiva, menor o interesse em permanecer no campo. Tal questão era determinante tanto para rapazes quanto para moças.

Ao que parece, duas questões se entrecruzavam no universo investigado por Abramovay: a primeira, as diferentes expectativas acerca da permanência no campo em rapazes e moças; a segunda, a influência das condições materiais de existência na formulação dos projetos de futuro e expectativas dos/das jovens. Contrariando a ideia de que “fica na terra o menos apto aos estudos”, a maioria dos jovens rurais destacava a importância da educação formal, ao menos da conclusão do ensino básico ou de um curso técnico em agropecuária, bem como de processos formativos complementares (cursos oferecidos pelo Sistema S, organizações sociais etc.).

Cabe salientar que o poder paterno é um elemento estruturante da dinâmica da agricultura familiar, ele (o pai) é que dispõe sobre o que e como produzir na terra, bem como decide acerca de uma eventual divisão dos dividendos auferidos pelo trabalho de todos. No que se refere especificamente à “recompensa” dos filhos pelo trabalho na propriedade observa-se que “em apenas 11,32% dos casos “existe uma conta única com divisão de sobras”. Em 43,40% dos casos o filho ‘tem que pedir dinheiro a cada vez que precisa’, e em outros 28,30% ‘o pai decide e toma iniciativa de dar dinheiro a seu critério’ [...]” (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 70). Desta forma, fica nítido o caráter quase absoluto do poder paterno sobre o conjunto da família, em especial sobre as mulheres e os jovens.

Se os rapazes, inseridos na dinâmica do trabalho produtivo e, logo, gerador de renda, possuem dificuldades em ter recursos próprios para gastos pessoais, o que se dirá das mulheres ocupadas desde a infância no trabalho reprodutivo ou doméstico? Tal assunto não é abordado diretamente pelo autor, mas, inferimos seja uma questão ainda mais problemática no qual os recortes de gênero e geração operariam, simultaneamente, como desvantagens a esses sujeitos.

Há de se destacar ainda que 64,9% dos pais preferem que os filhos homens permaneçam no campo; a preferência pela permanência das moças é bem menor, 48,1%. Na realidade, há um conjunto de questões inerentes à dinâmica da agricultura familiar que se constituem ainda hoje “fatores de expulsão das mulheres do campo” (Idem, p. 75). O processo de sucessão, que envolve a passagem do controle da unidade produtiva às novas gerações, focaliza essencialmente os rapazes; as mulheres não são, a rigor, encaradas como possíveis sucessoras. Sua permanência na atividade agrícola se dá, costumeiramente, como dependente de alguém do sexo masculino, este sim, responsável pela unidade produtiva (o pai, o irmão ou o marido).

6 O autor divide as unidades produtivas investigadas em 3 grupos: consolidado, em transição e em exclusão.

Neste cenário, sair do campo passa a ser considerada uma das estratégias utilizadas pelas jovens para conquistar a sua emancipação, bem como para equalizar a questão da sucessão e da divisão do patrimônio familiar⁷. Neste processo, assumem papel preponderante o acesso à educação por parte destes jovens e a construção e o cultivo de redes familiares que lhes permitam uma inserção mais vantajosa na dinâmica da vida urbana.

Carneiro (1998) dedicava-se a compreender como a juventude rural era afetada pelas transformações recentes no mundo rural e como estes jovens reelaboravam a sua realidade e assim formulavam seus projetos de futuro, individuais e familiares, adequando-se a distintos contextos socioeconômicos. A autora tem como campo de pesquisa os municípios de Nova Friburgo/RJ e Nova Pádua/RS e como estratégia de levantamento de dados a aplicação de questionários e a realização de entrevistas. No Rio Grande do Sul⁸, a autora mapeou as táticas adotadas pelas famílias para a manutenção do patrimônio familiar. Estas envolviam um repertório de estratégias que passavam pela migração, formação educacional com vistas ao exercício de uma profissão urbana, aquisição de novas terras etc. No Rio de Janeiro, o contexto apresentado era outro, marcado por difíceis condições de produção e reprodução social e pela necessidade de lançar mão do exercício de atividades não agrícolas para manter-se no campo. A proximidade com o ideário urbano em face à atividade turística na região (Nova Friburgo) também era um elemento que tornava mais fluida as trocas entre o espaço urbano e o rural, incidindo na formulação de projetos de futuro dos/das jovens.

No que se refere às mulheres, em específico às jovens rurais, a autora sinalizava a maior escolaridade quando comparada aos rapazes, tida como uma espécie de “indenização” fornecida pela família, dado que as mulheres eram comumente preteridas no processo de sucessão de acordo com a tradição⁹. Muito embora, como salienta a autora, há de se considerar que a partir do processo de individualização vivido no interior das famílias tem-se verificado tensionamentos em torno da divisão do patrimônio familiar, com a reivindicação, por parte das mulheres, do direito a um lote de terras, “seja para construir uma casa própria, seja para explorá-la de formas alternativas, ambos com a intenção de romper os laços de dependência com a família” (CARNEIRO, 1998, p. 11).

Também se verificava a partir da maior circulação de informações e do contato frequente de jovens rurais com jovens urbanos um questionamento dos padrões matrimoniais até então vi-

7 Devemos considerar que a repartição do patrimônio familiar à exaustão inviabiliza a sua função econômica, ou seja, a divisão da unidade produtiva entre muitos herdeiros pode fazer com que estes não consigam retirar dela o seu sustento.

8 O contexto da “colônia”, de ascendência italiana, deixa patentes as boas condições de produção e reprodução social destas famílias, bem como a rede parental de que estas dispõem para assegurar o auxílio àqueles que deixam a colônia rumo à cidade.

9 Embora perante a lei todos os filhos e filhas de um casal estejam aptos a usufruir do seu espólio ou do patrimônio amealhado por estes, isso nem sempre ocorre. No geral, as mulheres não são herdeiras de terra. O chefe da exploração é, no geral, no sexo masculino.

gentes na área rural, culminando, em muitos casos, com a recusa das jovens em ocupar o papel subordinado que lhes fora legado historicamente. Não é incomum o retardo no casamento com a contração de núpcias em idade mais avançada, quando comparado às mães e avós. Na realidade, o casamento, que outrora se prefigurava como dimensão central da existência camponesa, passa a ocupar papel secundário na vida de muitos jovens rurais; nos tempos atuais, assume a centralidade a busca por estudo e realização profissional (STROPASOLAS, 2004).

Percebe-se que as jovens rurais para além de questionarem a reprodução de uma condição subordinada promovem uma disputa de sentidos em torno da noção de família camponesa. Tal família estrutura-se a partir da divisão sexual do trabalho, que confere a homens e mulheres papéis diferenciados, distintos níveis de autonomia, cristalizando assim assimetrias nas relações de poder.

Tais assimetrias são parte do substrato autoritário em que viceja a violência contra as mulheres no campo. Embora este tipo de violência seja um fenômeno recorrente em todo país, ele é maior nas áreas rurais. Scott et. al (2010), ao citar dados da Organização Mundial de Saúde - OMS, demonstram diferenciais de violência em relação as mulheres por situação de domicílio. O Brasil (rural) aparece em 10º lugar no ranking dos mais violentos com um índice de 37%, enquanto o Brasil (urbano) encontra-se em 12º lugar no mesmo ranking com índice de 29%, uma diferença de 6 pontos.

Além disso, a violência contra as mulheres assume nas áreas rurais certas particularidades que agravam os seus efeitos. Estas são derivadas do peso que ainda possui o patriarcado nestes espaços, conferindo à violência contra a mulher o “estatuto de questão íntima” a ser resolvida pelo casal/família. Também se verifica a ausência do Estado, por meio de delegacias especializadas e estruturas de apoio, o que impede as vítimas de acessarem medidas protetivas ao mesmo tempo em que empodera agressores em face a certeza da impunidade.

Pesquisa realizada pelo IPEA na Marcha das Margaridas, edição 2011, aponta para o caráter estrutural da violência contra as mulheres no campo, no geral praticada por companheiros e familiares do sexo masculino. Do total de entrevistadas, 55% declararam ter sofrido em algum momento da vida violência moral ou psicológica (ameaças, xingamentos, ofensas, humilhações), sendo os principais agressores os cônjuges/companheiros (35%), familiares próximos – pai, irmãos, parentes do sexo masculino - (16%) e vizinhos (9%). As principais reações foram *sofrer caladas* (39%) e *sair de casa* (16%). No caso da violência física, 25% das mulheres relatam ter sofrido agressões, sendo 58% praticadas por cônjuges/companheiros e 21% por familiares do sexo masculino. As reações estiveram na mesma proporção que no caso da violência psicológica, 29% *sofreram caladas* e 19% *sairam de casa*. Nos dois tipos de violência a denúncia ao agressor é feita em apenas 18% dos casos. Incidem ainda sobre as mulheres violações de outras ordens, como expulsão de casa (11% das entrevistadas); violência patrimonial com

destruição de algum bem material (16%); cárcere privado (6%); além de violência institucional (58%), ou seja, o desrespeito sofrido quando procuram órgãos do Estado para a satisfação de algum direito (IPEA, 2013). É nesse contexto conflitivo e mesmo hostil aos jovens, às jovens e às mulheres que se delineiam os projetos de vida e futuro da juventude.

Alguns (poucos) sinais de alteração nas relações de gênero no campo

Na última década, verifica-se alguns indícios de que a situação das mulheres no mundo rural possa estar se alterando, o que conduziria a alguns ganhos de autonomia no interior das unidades produtivas familiares. Tais ganhos teriam sido possibilitados pelo acesso a políticas públicas diversas, como crédito e moradia; o desenvolvimento de projetos produtivos voltados à ocupação de jovens e mulheres; e a implementação de atividades econômicas que ocupam mão de obra juvenil e feminina, tais como a agroindústria familiar, o artesanato e o agroturismo. Soma-se a isso, as mudanças sentidas também na sociedade abrangente, com a ampliação do debate te acerca de questões de gênero, entre outros elementos que produziram na última década um aumento da permanência das jovens mulheres no campo em praticamente todas as regiões (VALADARES et al., 2016).

Se o debate de gênero ainda se encontra em muitos aspectos interdito, o que se dirá das questões relativas à sexualidade? Tal questão se configura um tabu, sendo tratada sob uma ótica essencialmente moralista: de um lado, impõem-se comportamentos socialmente aceitos para homens e mulheres, tidos como expressões “naturais” de cada sexo; do outro, se impede, sob pena de sanções diversas, o exercício de qualquer expressão afetivo/sexual que fuja do padrão heteronormativo.

Paulo (2010), em pesquisa com jovens rurais no Nordeste, aponta para um rígido controle sobre o corpo feminino, sendo exaltadas pelos pesquisados “virtudes” como o recato, comedimento e a castidade. Ao que parece, muitas jovens rurais naturalizam sob muitos aspectos o controle estrito sobre seu corpo e sua sexualidade. Isso aparece na forma como a comunidade vê os rapazes que se relacionam com várias moças (comportamento positivado) e, ao contrário, como percebem as moças que se relacionam com vários rapazes (comportamento negativado). Nas falas de muitas das jovens entrevistadas opõem-se “moça direita” à “moça avuada”: a primeira, tida como virtuosa, ao limitar e postergar ao máximo o contato com o sexo oposto seguindo o percurso conhecer-ficar-namorar¹⁰; a segunda, tida como “moderna”, ao se aproximi-

10 Paulo (2010) divide os discursos das moças sobre sua vivência afetivo-sexual a partir das categorias conhecer, ficar e namorar, emprestadas por seus entrevistados. Parece que, no plano ideal, há uma evolução entre estas etapas que deve respeitar sempre as regras socialmente impostas, em geral regras que restringem a liberdade das mulheres sobre o próprio corpo e que limitam o seu repertório de experiências. O fim destas relações seria o casamento onde, enfim, se realizaria uma maior intimidade do casal. Sendo a virgindade feminina algo a ser guardado durante todo este trajeto. Comportamento que fuja deste esquema, em geral, tende a ser malvista mesmo integrando a realidade objeto de investigação.

mar dos rapazes com menos recato, ficar com estes logo ao conhecê-los e, eventualmente, ficar com mais de um rapaz numa única festa, desobedecendo o caminho idealizado (conhecer-ficar-namorar). Segundo as jovens, o primeiro tipo de moça teria uma identidade mais próxima às que vivem no sítio, o segundo, se assemelharia às que vivem no espaço urbano, muito embora reconheçam a existência de “moças avuadas” no campo e “moças direitas” na cidade.

Obviamente, moças jovens ficam com outros rapazes e vice-versa, entretanto, não se “fica” apenas por ficar. Elas utilizam como estratégia para tornar tal fato aceito a restrição máxima do número de parceiros, bem como sua escolha entre famílias conhecidas e limitada a rapazes com alguma inserção laboral, isto tudo com vistas a prospecção de um namoro, ou seja, um compromisso futuro que possa levar a um casamento.

Neste cenário, a virgindade das moças aparece enquanto um outro tabu. “Nos discursos masculinos, mas principalmente nos femininos, a virgindade feminina é tida como o valor mais importante de uma moça [...]” (PAULO, 2010, p. 360).

Se no plano das relações heterossexuais existem várias interdições ao exercício das relações afetivas, no caso de homossexuais a realidade se faz ainda mais opressora. O que sugere “haver uma profunda relação entre as possibilidades da vivência da homossexualidade e o urbano/metropolitano” (MARTINS e ROSA, 2013, p. 1).

A despeito da gravidade desta problemática, constata-se a sua invisibilidade tanto em termos acadêmicos quanto na pauta dos movimentos sociais do campo. No âmbito dos movimentos sociais rurais, o prenúncio de alterações neste quadro de invisibilidade se deu recentemente, em 2016, por ocasião da oficina de construção do Plano Nacional de Juventude e Rural. Nesta atividade, a Juventude lançou um manifesto exigindo a incorporação da discussão de gênero e sexualidade no escopo das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Esse ato político demarca um ponto de inflexão na tematização da juventude rural, ao trazer ao centro do debate a parcela Lgbtqia+ dessa juventude, ou seja, um conjunto de atores historicamente estigmatizados e excluídos. Do ponto de vista de tais atores,

[...] várias são as formas de invisibilidade da juventude LGBT no rural, e nós, os sujeitos e sujeitas se encontram sem direitos e condições de continuidade da vida que desejamos seguir, sem condições de produzir na terra que crescemos e *queremos permanecer*.

Muitos temas se agravam quando este é discutido, pois debater a permanência no campo, se torna mais complexa quando o sujeito e a sujeita LGBT é colocado em pauta. Uma liderança LGBT no meio rural é marcada por várias retaliações que terminam na sua invisibilidade dentro dos seus espaços de articulações [...]

Continuaremos pautando a luta pela terra e território, trabalho e renda, educação do campo, participação e qualidade de vida, porém não abriremos mão de trazer o recorte de afirmação LGBT nessas pautas. *Queremos a quebra dos estereótipos criados sobre o ser homem e o ser mulher*, com o respeito à autonomia e ao direito de construir o que queremos (Carta da Juventude Camponesa LGBT. Grifos nossos. Trechos selecionados).

O trecho supracitado coloca de imediato três questões para reflexão: a primeira, a denúncia em relação à invisibilidade dos sujeitos Lgbtqia+ nas áreas rurais, em especial, a juventude; a segunda, a afirmação por parte dos jovens de seu desejo de permanecer no campo; e, a terceira, a interseccionalidade entre gênero e temas recorrentes na pauta dos movimentos sociais rurais, como terra, trabalho e moradia, esses últimos vinculados à posição de classe dos atores.

Os estudos sobre gênero nas áreas rurais (MOURA, 1978; CASTRO, 2005; SCOTT, 2010; STROPASOLAS, 2004; WOORTAMANN, 2010), - nos quais o debate sobre sexualidade deveria estar contido -, em geral, focalizam a mulher trabalhadora/militante e a natureza assimétrica das relações desenvolvidas no âmbito da unidade produtiva familiar. Nesses trabalhos, destaca-se a posição subalterna ocupada pelas mulheres rurais na divisão sexual do trabalho familiar, bem como a probabilidade de serem preteridas no processo de sucessão familiar, questões que aparecem como os principais motivadores do êxodo das jovens rurais.

A sexualidade, em especial, a diversidade sexual e de gênero, assim como as práticas sexuais não são tematizadas na produção acadêmica de referência sobre gênero nas áreas rurais. Essas e outras omissões, silêncios, integram aquilo que Ferreira (2006) agrupa como o “indizível das sociedades camponesas”: o universo das práticas homossexuais ou homoeróticas clandestinas, tidas a partir de um ponto de vista conservador (em ascensão) como abjetas, abomináveis etc. Seu estudo visa, segundo seus termos, colocar em xeque a narrativa vigente nas ciências sociais de um “corpo camponês, *casto e castrado*” para “que seja a ele [o camponês] permitido gozar” (FERREIRA, 2006, p.07).

Mas quem são esses jovens Lgbtqia+ que vivem nas áreas rurais? Quais são suas vivências/subjetivações? Quais seus sonhos e projetos para o futuro? Quais os significados da permanência no campo para esses sujeitos?

Essas indagações nos levam a retomar a segunda questão posta pelo Manifesto da juventude rural Lgbtqia+, qual seja: a afirmação de um *desejo de permanecer no campo*.

Como já enunciado, os trabalhos acadêmicos referência nos estudos sobre jovens rurais, grosso modo, focalizam a sua saída do campo, não se atendo àqueles que permanecem vivendo em suas comunidades de origem. Isso contribui para a sedimentação de visões que naturalizam o êxodo rural e o dotam de inexorabilidade (VALADARES et al., 2016). Mesmo os poucos estudos centrados na permanência dos jovens no campo tratam tal processo, em geral, sob a lógica da excepcionalidade e, desse modo, acabam também por naturalizar o fenômeno do êxodo,

admitindo implicitamente que a saída do campo seria o “caminho natural” a ser seguido por filhos e filhas de agricultores.

Se para jovens heterossexuais permanecer no campo é por si só um desafio, quais os significados dessa permanência para jovens com orientação sexual ou identidade de gênero diversa daquelas definidas/aceitas pelo patriarcado?

Se consideramos a “heterossexualidade compulsória”¹¹ vigente em nossa sociedade, ou seja, um sistema que define/impõe uma forma “correta” de se relacionar afetiva e sexualmente, veremos a condições para a permanência da juventude camponesa Lgbtqia+ no campo são ainda mais adversas.

Viver no campo tendo uma orientação sexual ou de gênero que transgrida as normas socialmente aceitas é fator que impõe a estes sujeitos toda uma ordem de sofrimentos. Estes, envolvem estresse, ansiedade, transtornos comportamentais, podendo levar ao suicídio¹². Os sofrimentos podem ser abordados na perspectiva da sociologia clínica, que os investiga a partir das experiências/condições vivenciadas pelos sujeitos na esfera do trabalho (GAULEJAC, 2006, 2007).

Também poderíamos pensar o sofrimento dos sujeitos homossexuais como uma “prova existencial” (BOLTANSKI, 2009) que a partir de diferentes processos pode deixar de ser uma condição singular para se converter numa questão que se institucionaliza, ganha coerência e completude. Ao avançar nessa direção, converte-se em “prova de verdade”, dotada de função semântica, exercida por instituições, como é o caso do recém-criado coletivo Lgbtqia+ do MST¹³.

Ao nos debruçarmos sobre a permanência dos jovens Lgbtqia+ nas áreas rurais, buscamos compreender a relação que estes estabelecem com diferentes dispositivos de permanência no campo (instituições governamentais, movimentos sociais, políticas públicas etc.) e sob que bases constroem essa permanência. Igualmente, quais são as estratégias e as redes mobilizadas por esses sujeitos para existir e resistir em um espaço conservador e hostil à sua presença (AZEVEDO, 2015).

Isso nos remete à terceira questão colocada por esses jovens em sua carta, a interseccionalidade entre gênero e classe, necessária à compreensão das especificidades dessa juventude,

11 Expressão cunhada nos anos de 1980 por Adrienne Rich em *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Experience*.

12 Algumas lideranças jovens rurais relatam casos em suas regiões em que jovens praticam o suicídio em virtude do preconceito que cerca a descoberta e a vivência de formas não-hegemônicas de sexualidade. Estudos internacionais têm demonstrado, de fato, uma maior tendência a suicídio por parte de jovens homossexuais.

13 A prova existencial atuaria no interior de críticas radicais e representaria um estado singular e não institucionalizado, enquanto a prova de verdade é aquela que estaria já em outro estágio, ao abrigo das instituições (BOLTANSKI, 2009).

simultaneamente rural e Lgbtqia+. É oportuno sinalizar que a interseccionalidade caracteriza muitos estudos *queer*, parte deles assentados na denúncia da sobreposição de diferentes sistemas de opressão. No caso em estudo, essa sobreposição aparece relacionada simultaneamente a gênero e à orientação sexual (no pertencimento à população Lgbtqia+), à experiência juvenil (relativo a conflitos intergeracionais) e à existência enquanto jovens rurais (a partir da oposição rural e urbano, em primeiro plano, e do antagonismo agricultura familiar x agronegócio, em segundo plano). Trata-se, portanto, de “corpos que não se conformam [...] denunciando a precariedade daquilo que se anuncia como norma e que se instala como forma de vida coerente e via privilegiada (PEREIRA, 2012, p. 373).

O mergulho nos estudos de gênero e a potência transgressora de autores como Judith Butler e, mais recentemente, Beatriz Preciado, na linha dos estudos *queer*, nos provoca a pensar as possibilidades, em termos de construção teórica, que as experiências desses corpos transgressores (jovens e rurais) nos apresentam. De certa maneira essa é uma provocação realizada parcialmente por Pereira (2012) em um texto intitulado *Queer nos trópicos*, no qual o autor problematiza a força revolucionária das teorias *queer* ante à relação de importação de teoria que caracteriza nossas ciências sociais. Aceitamos sua provocação e propomos que para além de pensar *queer nos trópicos* também tenhamos a força e a capacidade para pensar *queer* rural. Um exercício necessário, que passa por esforços conjuntos da academia e movimentos sociais em torno da discussão dos nexos entre juventude, gênero e sexualidade no mundo rural e seus efeitos sobre a permanência dos/as jovens no campo, nas águas e na floresta.

Considerações finais

A trajetória dos estudos de gênero e juventude mostra um conjunto de transformações vivenciadas nas últimas décadas, sobretudo em termos de metodologia e enfoque de pesquisa. Esses campos de estudo, inicialmente com foco no espaço urbano e nas relações sociais próprias desse espaço social, passam gradativamente a focalizar realidades rurais, descortinando processos sociais até então desconhecidos. A chegada dos jovens e das mulheres rurais na academia, enquanto objetos de estudo, ocorre somente após sua conversão em sujeitos políticos de destaque dentro importantes de movimentos sociais e sindicais rurais.

Os estudos de gênero possibilitaram compreender as assimetrias existentes entre os sexos e a forma como elas operam, dentro e fora das unidades produtivas familiares, produzindo diferenciação e hierarquização das atividades laborais. A dimensão econômica é apenas uma das formas de dominação exercida pelo patriarcado sobre as mulheres rurais, estendendo-se para outros domínios da vida social, como os afetos e a sexualidade.

Essas assimetrias e coerções vividas pelas mulheres constituem-se situações que dialogam com os estudos de juventude, sobretudo se as consideramos como desafios à perma-

nência dos jovens no campo. Vários estudos inclusive associam essas assimetrias de gênero a processos de envelhecimento e masculinização do campo, ou seja, as mulheres deixariam as áreas rurais motivadas, entre outras coisas, pelo não acesso à terra e a impossibilidade de uma vida autônoma.

Sinais de arrefecimento dessa dinâmica foram observados nas últimas décadas, a partir da ampliação desse debate no âmbito dos movimentos sociais e da implementação de políticas públicas com foco nas mulheres e na juventude rural. Mesmo a comunidade lgbtqi+ rural, uma parcela importante da agricultura familiar/camponesa e que subsiste na invisibilidade, excluída entre os excluídos, parece ter emergido recentemente na cena política e, por extensão, na academia.

Contudo, alterações conjunturais recentes têm minado os avanços civilizacionais conquistados nas últimas décadas, seja pela redução do papel do Estado e o desmantelamento das políticas públicas, seja pelos efeitos diretos e indiretos da pandemia de Covid 19, entre os quais o aumento da pobreza e da violência, que atingem mais pesadamente as mulheres e a juventude.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.) et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ARROYO, Miguel. **A educação básica e o movimento social do campo**. In: CONFERÊNCIA POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO, l., 1998. Luziânia, GO. [Palestra...] Luziânia, GO: MST: Unicef, 1998.

AUTOR (2019)

AZEVEDO, Pedro Henrique. Arco-íris no campo: etnografia da “homossexualidade” masculina no ambiente rural. **Revista Cadernos de Gênero e Diversidade**, V. 1, 2015, pp. 75-95.

BOLTANSKI, Luc. **De la critique: précis de sociologie de l’emancipation**. Paris: Gallimard, 2009.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009.

CAMARANO, Maria Amélia; ABRAMOWAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorâma dos últimos 50 anos**. Texto para discussão nº. 621. Rio de Janeiro: Ipea, 1998.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal urbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais**. Mimeo. Biblioteca da Clasco.

Carta da Juventude Camponesa LGBTI. Disponível em: <https://www.fetape.org.br/noticiasdetalhe/juventude-constr-i-plano-nacional-e-denuncia-opress-es-com-oslgbts/5274#.XR0KpuhK-jIU>. Acesso em: 01.11.2021.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. 694 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

CASTRO, Elisa Guaraná de. et al. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Edur, 2009.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: NEAD, 2009

FERREIRA, Paulo Rogers. **Os afetos mal-ditos. O indizível das sexualidades camponesas**. Dissertação de Mestrado. PPG de Antropologia Social, UnB, 2006.

GALINDO, Erika Daniele Silva. **Pois, sem mulher a luta vai pela metade: a participação das mulheres jovens trabalhadoras rurais e a repercussão no sindicalismo**. 2017.163 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GAULEJAC, V. **As origens da vergonha**. São Paulo: Via Lettera, 2006.

GAULEJAC, Vicent. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Idéias & letras, 2007.

GRISA, Cátia.; SCHNEIDER, Sérgio. (Org.). **Políticas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

GRISA, Cátia; NIEDERLE, Paulo André. Paradigms, institutional changes and policy dismantling in the mercosur specialized meeting of family farming. Lua Nova. **Revista de Cultura e Política**, v. II, 2021. pp. 251-282. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-251282/112>. Acesso em: 12.07.2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **A Juventude Rural do III Festival de Juventude da CONTAG: relatório de pesquisa**. Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório Marcha das Margaridas**. Ipea, 2013.

MARTINS, Emerson.; ROSA, Rogério Machado. Jovens homens homossexuais na zona rural e heteronormatividade: resistências e processos de subjetivação. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios atuais dos femininos, 2013, Florianópolis. **Anais 2013 do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios atuais dos femininos**, 2013.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: hucitec, 1978.

PAULILO, Maria Ignês. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro. 1987. 5 (28), p. 64-70.

PAULO, Mria de Assunção Lima de. Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In.: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide.; MENEZES, Marilda. (Orgs.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer nos trópicos. **Contemporânea**, v. 2, n. 2 p. 371-394, Jul.–Dez. 2012.

PJR - Pastoral da Juventude Rural. **Breve história da PJR**. 2013. Disponível em: Acesso em: 10 jan. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Parry. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In.: SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide.; MENEZES, Marilda. (Orgs.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento do casamento na agricultura familiar. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

TAVARES, Breitner. Sociologia da juventude: da juventude desviante ao protagonismo jovem da Unesco. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 15, n. 1, jan./jun. 2012.

VALADARES, Alexandre Arbex. et. all. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, E. R.A.; BOTELHO, R. U. **Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2016. pp. 59-96.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. Brasília: Hucitec/UNB, 1994.

WOORTMANN, Ellen. Prefácio. In.: SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide.; MENEZES, Marilda. (Orgs.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

